

# As Enfermarias – Escola: Laboratórios de Enfermagem e Serviços Piloto

Nídia Salgueiro \*



Fazem parte dos nossos dias as discussões acerca dos modelos de aprendizagem das habilidades técnicas e clínicas dos estudantes de enfermagem. Argumentam uns a favor de que as suas competências técnicas sejam adquiridas essencialmente em sala de técnica, ou em meio protegido, e outros defendem que a referida aprendizagem se deve realizar em meio natural, nos serviços comuns, a par do ensino clínico.

Ao longo das últimas cinco décadas ligada ao ensino de enfermagem, vi a sala de técnica ser utilizada como um instrumento precioso no ensino de enfermagem, entretanto quase desaparecer e agora, novamente, ser reabilitada, com base, sobretudo, em argumentos éticos. Há hoje uma maior consciência dos direitos dos clientes, não se aceitando que os estudantes cheguem aos campos de estágio sem “a mão feita”. Parece também que a tendência é para que aprendam os princípios e técnicas básicas, mesmo os da relação enfermeiro-utente, em laboratório, com simulação de situações e reflexão posterior em grupo, sobre as interações ocorridas, utilizando gravação áudio e vídeo, técnicas de espelhamento e auto-análise reflexiva.

Naturalmente, que os adeptos de colocar os estudantes em serviços que lhe ofereçam condições ideais para a prática da profissão, advogam a favor

de fornecer aos estudantes modelos de exercício profissional correctos (como diz o velho ditado “quem nasce torto tarde ou nunca se endireita”), enquanto que, ao contrário, outros argumentam que os profissionais assim formados serão como “plantas de estufa”, que colocadas em situações adversas estiolam. Faltar-lhes-á a capacidade de improvisação, a criatividade.

No meio destas controvérsias, vêm à baila as enfermarias-escola, realidade já muito distante no tempo. Não raro os que conhecem o meu passado profissional ou os que não o conhecendo ouvem referência a ter sido enfermeira encarregada de enfermaria-escola, questionam-me sobre esse tipo de serviços hospitalares. Se estas foram uma espécie de sala de técnica, com manequins de “carne e osso”, onde os estudantes aprendiam os mais elementares princípios técnicos; se uma forma dos hospitais fazerem face à penúria existente de enfermeiros e/ou de obterem mão de obra barata,

\* Enfermeira. Professora aposentada da Escola Superior de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca.

aproveitando o trabalho dos estudantes e docentes, conforme relatos encontrados na literatura sobre o que se passava, por exemplo, nos EUA (DONAHUE, 1985, p. 318); ou, ainda, se constituíram autênticos laboratórios de enfermagem, serviços piloto, modelos para os restantes serviços hospitalares. Estas e outras questões fazem-me vir à memória uma realidade que conheci muitíssimo de perto, ligada à então Escola de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca e aos HUC, como aluna (1952-55), como assistente (1955-56) e, finalmente, como enfermeira-encarregada de enfermaria-escola (até final de 1967). São essas memórias que me proponho partilhar, acrescentando-lhe alguma análise crítica que a passagem do tempo já permite.

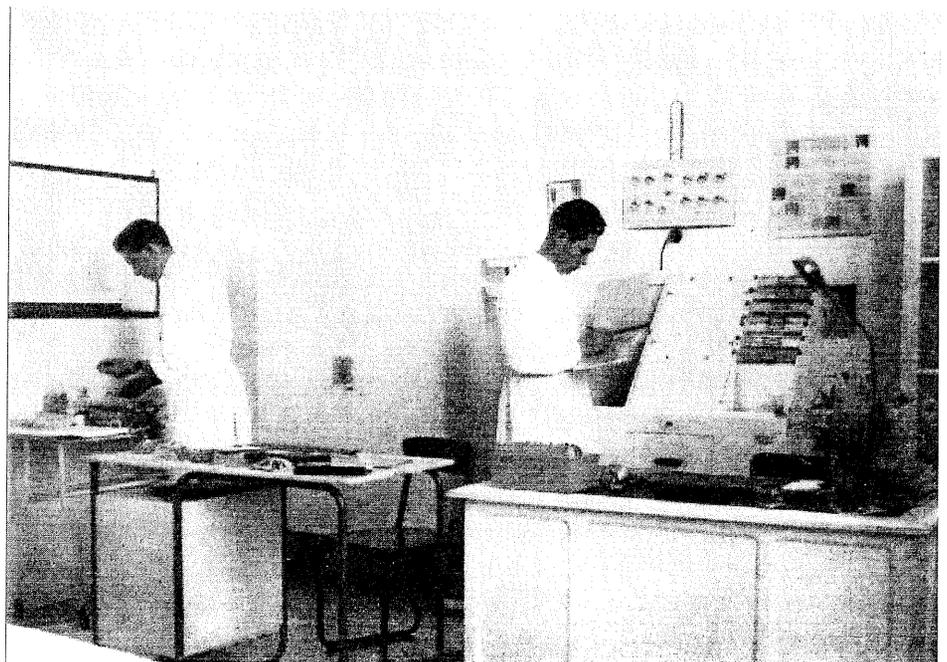
Ao iniciar o meu Curso Geral de Enfermagem (1952), as enfermarias-escola estavam no seu auge e nelas se realizavam a maior parte dos estágios dos alunos dos vários cursos e anos, orientados pelas monitoras e assistentes. Como refere Coriolano FERREIRA (1953), nestas enfermarias, todo o serviço estava a cargo dos alunos e docentes e inclusive a sua chefia cabia às monitoras e monitores da Escola.

Nessa altura estavam já em funcionamento a 3ª Clínica Médica Mulheres (3ª M.M.), a Cardiologia Mulheres, a Ortopedia Homens e a Pediatria, os

primeiros serviços a serem transformados em enfermarias-escola, a que se seguiram o serviço de Infecções e o de Dermatologia e Venerologia, ambos instalados em Celas em dois blocos construídos para acolher os doentes do Hospital do Castelo, desalojados em virtude de estar prevista a demolição daquelas instalações para construir edifícios universitários (Departamento de Matemática e parte do Largo D. Dinis), conforme a Ordem de Direcção nº 40 de 25 de Junho de 1952, dos HUC.

Na época, segundo as próprias palavras de Coriolano FERREIRA (1953), o total de camas entregue à Escola era de 180 na lotação oficial, mas montava a mais de 200 doentes permanentemente a seu cargo, dado que a lotação oficial estava sempre excedida, ou seja, cerca de um quarto da população internada na totalidade dos serviços dos HUC (p. 145). Estes números não deixam margem de dúvida sobre a mão de obra deste modo posta à disposição do Hospital, compensando de certa forma a penúria de pessoal que naquela altura existia, como nos relata José Pinto TELES (1953).

Mas não creio que a falta de pessoal, e em particular de enfermeiros, tenha sido a principal razão que presidiu à criação destas enfermarias-escola. Para se compreender melhor esta situação em Coimbra é necessário ir um pouco mais atrás no tempo.



Enfermaria-escola: Sala de trabalho dos enfermeiros (Dez anos de história dos Hospitais da Universidade de Coimbra, 1942-1952).

Com a tomada de posse da Direcção do Prof. Doutor João Porto (1942), iniciou-se um movimento de reorganização e humanização dos serviços, tendo como objectivos principais facultar a utilização dos recursos de diagnóstico e terapêutica colocados recentemente à disposição da medicina (radiologia/radioterapia, hemoterapia, e outros) e oferecer instalações condignas e condições de trabalho para o pessoal, nomeadamente um horário de trabalho para os enfermeiros, bem como condições de aprendizagem para os alunos de medicina e de enfermagem.

A E.E.Â.F., sendo um serviço dos HUC, não podia ficar alheada daquele movimento de mudança. De facto, não só foi alvo de renovação, como ela própria foi agente de inovação, colaborando activamente na prossecução de tais objectivos. Esta participação toma particular relevo com a publicação do Decreto Lei n.º 36219/1947 de 10 de Abril, que reorganiza totalmente o ensino de enfermagem, dando-lhe âmbito nacional e que, entre outros aspectos, concede autonomia técnica e administrativa às escolas oficiais existentes (não é concedida autonomia financeira), prevê a criação de outras escolas, oficiais e particulares; reestrutura os cursos existentes e cria outros, nomeadamente, o de Pré-Enfermagem e o de Auxiliares de Enfermagem (CAE). O primeiro destes cursos é criado com o objectivo de aumentar o número de candidatos ao Curso de Enfermagem Geral, uma vez que havendo a exigência de maiores habilitações literárias para admissão ao curso era de prever uma diminuição do número de candidatos. O segundo, foi criado, sem sombra de dúvida, para acudir à carência de pessoal de enfermagem. Aliás, a criação deste nível de formação — até aí, só existiam enfermeiros —, é justificada no preâmbulo do Decreto Lei, com a experiência da Inglaterra, onde, perante os grandes défices de enfermeiras, foram feitos estudos sobre as condições de trabalho hospitalar que levaram a concluir que 55% da actividade das enfermeiras podia ser confiada a “enfermeiras práticas”.

Nesse preâmbulo, é apresentada a situação de Portugal, salientando a carência de enfermeiros para responder às necessidades criadas com a



Enfermaria-escola: Sala de trabalho das enfermeiras (Dez anos de história dos Hospitais da Universidade de Coimbra, 1942-1952).

abertura de novas unidades hospitalares, dispensários, maternidades e postos de assistência diversos (carência esta, que se previa ser agravada com a abertura próxima de dois grandes hospitais centrais: o Hospital de S.ª Maria de Lisboa e o Hospital de S. João do Porto) e também o seu baixo nível de formação técnica. José Pinto TELES (1953) refere-se, por seu turno, à “explosão” de instituições de assistência e prevenção que na altura se verificava e de que decorriam novos postos de trabalhos fora dos grandes centros, sobretudo a partir das reformas do Sub-Secretário de Estado da Assistência Joaquim Trigo de Negreiros (p. 122). As Escolas existentes passam a não ser suficientes para dar resposta quantitativa à necessidade de diplomados, nem o ensino correspondia às novas exigências de cuidados — aos novos papeis exigidos aos enfermeiros: os enfermeiros já não ficavam no mundo em que a sua formação ocorreu e com o apoio dos veteranos, mas buscavam melhores condições de trabalho. TELES (1953) faz o balanço desta saída de enfermeiros, referindo que dos 120 diplomados pela E.E.Â.F., de 1942 a 1948, restavam somente nos HUC, 34 desses profissionais (p. 123).

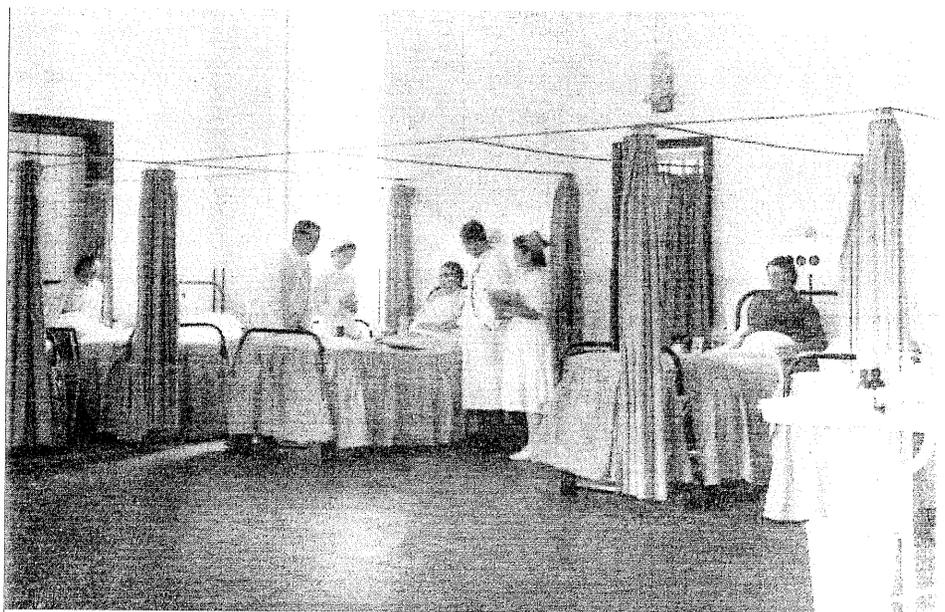
A par desta necessidade, a tónica começa a colocar-se também na dignificação do exercício de enfermagem e dos próprios enfermeiros. No panorama da época, pouco aliciente para a profissão de enfermagem, começa a desenhar-se

um movimento de dignificação do exercício e dos próprios enfermeiros, a exigir novos modelos educativos. Neste aspecto distinguiram-se, na altura, duas escolas: a Escola Técnica de Enfermeiras (E.T.E.), no âmbito do Ministério da Educação (Decreto Lei n.º 30447/1940 de 17 de Maio) e a Escola criada pelas Irmãs da caridade de S. Vicente de Paulo (em 1936), reconhecida pelo Ministério da Educação, como instituição particular, em 1950. De modos diferentes, ambas introduziram novas formas de perspectivar e de conduzir os estágios, e o ensino da enfermagem em geral, enfatizando não só o *saber fazer*, mas também o *saber ser* e o *saber estar*. Para além disso, a E.T.E. alargou o âmbito do ensino tradicional de enfermagem, preparando as alunas para actividades organizadas de ensino aos doentes, de saúde pública, etc.

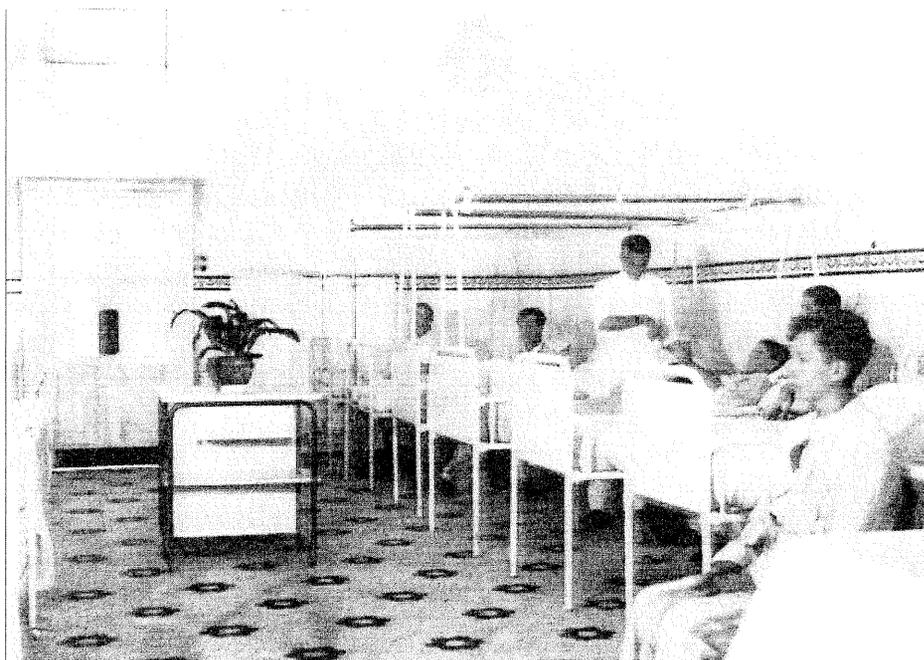
É neste contexto de uma nova consciência do exercício profissional que o já referido Decreto Lei n.º 36219/1947 de 10 de Abril determina a reorganização das escolas de enfermagem e do ensino que nelas se ministra. A E.E.Â.F., a par da autonomia de que goza, mantém o princípio de que os seus órgãos superiores de direcção e administração sejam os mesmos dos HUC. Assim, continua a ter como director o Prof. Doutor João

Porto e como administrador o Dr. Coriolano Ferreira, sendo assegurada a autonomia técnica por enfermeiras convidadas de Lisboa (Enf.ª Emiliana Cabrita, com o cargo de monitora-chefe, substituída em Outubro de 1950 pela Enf.ª Maria da Cruz Repenicado, a que se juntam a Enf.ª Maria Fernanda Resende e outras).

O ensino técnico no sector feminino era assegurado por aquelas enfermeiras e no sector masculino pelos Enf.ºs José Pinto Teles, Cândido da Silva e Alberto Mourão. As enfermeiras provenientes de Lisboa trouxeram consigo referências das duas escolas citadas, tornando-se evidente que os serviços hospitalares, nas condições deploráveis em que estavam, não preenchiam os critérios mínimos para neles se processarem os estágios, previstos na reforma de ensino de 1947 — estágio com o mínimo de 12 horas semanais, acompanhados de professores e monitores, encarregados da sua orientação (Art. 30º do D.L. 36210/47). Foi então que se congregaram esforços e a pouco e pouco se remodelaram alguns serviços que passaram para a responsabilidade da Escola — as *enfermarias-escola* —, para neles se implementar novos modelos educativos e de organização do trabalho (ex: trabalho por turnos em “*roulement*”).



Enfermaria-escola: Cardiologia - mulheres (Dez anos de história dos Hospitais da Universidade de Coimbra, 1942-1952).



Enfermaria-escola: Ortopedia - homens (Dez anos de história dos Hospitais da Universidade de Coimbra, 1942-1952).

Desta forma, a Escola passou a dispor de campos de estágio adequados e os HUC de unidades modelo para os restantes serviços hospitalares, ajudando-o a concretizar os objectivos atrás referidos. Deve dizer-se que nestas remodelações todos os sectores do hospital, assim como a Escola, foram chamados a dar parecer. O pessoal docente intervinha activamente na orientação e na escolha de equipamentos e materiais, na parte que lhes dizia respeito.

Verifica-se, pela data da Ordem da Direcção n.º 40, atrás referida (25 de Junho de 1952), que em Coimbra as enfermarias-escola são anteriores ao Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 38885/1952 de 28 de Agosto, que dá execução ao disposto no Decreto Lei n.º 38884/1952 da mesma data, reestruturando novamente o ensino de enfermagem e onde é referido, pela primeira vez, que “os estágios serão feitos em enfermarias-escola ou em serviços adequados, devendo, porém, os alunos passarem, em períodos determinados, por todos os que tenham interesse para a sua formação profissional” (parágrafo 1º do art. 23) e que “estes estágios são seguidos e orientados pelos monitores, que também seguem as práticas” (art. 27). Este facto não é de admirar, visto que a experiência da

E.E.Â.F., que atravessava um período de grande desenvolvimento, terá sido tida em conta e Coriolano Ferreira colaborou na elaboração daquela legislação. Deve esclarecer-se, todavia, que no Regulamento da Escola Profissional de Enfermagem (E.P.E.) dos Hospitais Cívicos de Lisboa (actual E.S.E Artur Ravara), aprovado pelo Decreto Lei n.º 8505/1922 de 25 de Novembro, é prevista a criação do “serviço clínico” da E.P.E., e são referidos alguns aspectos organizativos do mesmo que nos permitem considera-lo como um precursor das enfermarias-escola.

Nestas enfermarias-escola, campo de aprendizagem por excelência, procurava-se oferecer aos doentes condições de alojamento e cuidados de enfermagem condignos (de acordo com os padrões da época) e os alunos dispunham de orientação permanente de docentes e da tutoria de colegas mais avançados. Mas, não se pense que as enfermarias-escola substituíram a sala de técnica, esta era um espaço intensamente utilizado para a aprendizagem dos gestos técnicos, das posturas ergonómicas, e onde se treinavam os aspectos focados nas aulas teórico-práticas, recorrendo a manequins (recordo a gasta Agapita: uma boneca!) e a outras formas de simulação.

Posteriormente, à medida que as enfermarias-escola foram fazendo escola, tornaram-se mais abertas, admitindo pessoal de enfermagem não docente. As últimas enfermarias-escola a serem criadas nos HUC, nos finais dos anos 50 (Clínica Médica — 4ª MM e 4ª MH — e Cardiologia H), tinham quase em exclusivo pessoal de enfermagem do Hospital, mantendo, no entanto, uma/um encarregado de enfermaria-escola, pertencendo ao quadro da E.E.Â.F. ou auferindo uma gratificação. O requisito de oferecer as melhores condições para a aprendizagem dos alunos mantinha-se.

Concluindo, cremos poder afirmar que as enfermarias-escola assumiram historicamente um duplo papel: por um lado constituíram unidades hospitalares que se destacavam pelo elevado nível de qualidade e possibilidade de controlo dos cuidados, tornando-se campos privilegiados para o ensino e a aprendizagem — neste sentido serviram como *laboratórios de ensino clínico de enfermagem*; por outro lado, funcionaram como modelos,

servindo de incentivo para os restantes serviços hospitalares, no sentido de fazerem um esforço de mudança e melhoria — actuando, neste caso, com *unidades piloto de inovação*.

## Referências Bibliográficas

DONAHUE, M. Patricia – História de la Enfermaria. Barcelona: Ediciones Doyma, 1985.

FERREIRA, Coriolano – Escola de Enfermagem do «Doutor Ângelo da Fonseca». In *1942 – 1952: Dez Anos de História dos Hospitais da Universidade de Coimbra* (sob a direcção do Prof. Doutor João Porto). Coimbra: Edição da Casa de Pessoal dos HUC, 1953. pp. 139-160

TELES, José Pinto – Subsídio para o Estudo da Evolução da Enfermagem nos Hospitais da Universidade de Coimbra. In *1942 – 1952: Dez Anos de História dos Hospitais da Universidade de Coimbra* (sob a direcção do Prof. Doutor João Porto). Coimbra: Edição da Casa de Pessoal dos HUC, 1953. pp. 119-134